



ÉTICA, SOCIEDADE E SUSTENTABILIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: Estudos interdisciplinares sobre meio ambiente, ecologia humana e educação sócio ambiental

José Luis Sepúlveda Ferriz¹

Luis Otávio Silva dos Santos²

Larissa Martins Oliveira³

Bruna Israel Cavalcante⁴

RESUMO

O artigo está fundamentado nos estudos interdisciplinares do Grupo de Estudo ESSC-UCSal. O grupo Ética, Sociedade e Sustentabilidade na Contemporaneidade discute diferentes temas como a sistemática legal ambiental, as diferentes concepções ideológicas que se tem sobre o meio ambiente, as ecologias de forma crítica, questões de caráter ético e epistemológico e a hodierna educação sócio ambiental. Diante uma situação de crise provocada pela conflitiva relação do ser humano com o meio ambiente e do modelo de crescimento imposto pelo modo de produção hegemônico, objetiva-se despertar novas sensibilidades e responsabilidades ético-solidárias no processo de formação, dentro e fora da universidade, de cidadãos ecológicos comprometidos com a sustentabilidade da vida no planeta.

Palavras-chave: Sociedade; Sustentabilidade sócio ambiental; Ética.

1. INTRODUÇÃO

“Vivemos em um mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadãos” Amartya Sen

O século XX foi fortemente marcado pelo desenvolvimento acelerado da industrialização, devido ao modelo de mercado, pela comunicação de alcance globalizado, pela expansão demográfica e por uma racionalidade instrumental cada vez mais com perfil empirista e mercadológico de caráter tecnicista.

¹ Doutor em Filosofia. Universidade Católica do Salvador. josé.ferriz@pro.ucsal.br

² Bacharel em Filosofia (UCSal), Especializando em Religião e Educação na Contemporaneidade (UCSal), Bacharelado em Teologia (UCSal). luis.santos@ucsal.br

³ Bacharelada em Direito pela Universidade Católica do Salvador. larissamartins.oliveira@ucsal.edu.br

⁴ Bacharelada em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador. bruna.cavalcante@ucsal.edu.br



Todos esses elementos têm provocado ao longo das últimas décadas, uma série de ideologias de diversas naturezas, ex: econômicas, políticas, sociais, ambientais. Todas elas têm contribuído para uma análise da relação do ser humano e o meio ambiente, desde estágios e formas diferentes e tem provocado reações bem diversas desde os anos 70 do século passado.

Tudo isto afeta profundamente os discursos político, ético e filosófico da contemporaneidade. Para isso, procura-se reinventar uma relação com a natureza que seja capaz de pacificar nossa consciência e construir um outro cenário socioambiental (CATALÃO apud PÁDUA, 2009, p. 243).

A crítica ambiental nasce como antítese dentro de uma sociedade de mercado, ao mesmo tempo que direciona o seu foco para a natureza degradada, violentada pelo utilitarismo civilizatório e a racionalidade tecnocientista. O antropoceno é o mundo feito à imagem e semelhança do homem contemporâneo. Só precisamos olhar para os noticiários e observar os “resultados” que são oferecidos para nós desde diversas estratégias e metodologias científicas. O esforço de “educar” o capitalismo para a sustentabilidade é portanto uma das maiores ilusões da nossa contemporaneidade (MARQUES, 2015, p. 598).

O desafio neste artigo e de nosso grupo de estudo é o de refletir sobre as mais significativas questões socioambientais e educacionais que possam contribuir para uma mudança de cenário. Interligar as subjetividades que comungam com sentido e valores sobre a vida, a nossa capacidade de transformá-la e a responsabilidade ética que resulta do nosso poder de intervenção na natureza.

Para isso se faz necessário analisar os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, ambos muito importantes para a economia e a ecologia, para sentar as bases de um desenvolvimento humano e ambiental sustentáveis, que tenham como base a ética (FERRIZ, 2017, p. 11).

O grupo de estudo ESSC-UCSal reflete sobre vários temas, sempre ligados à ética, como base de preocupação especial: éticas humanistas, éticas do bem-estar, ética da terra, ecologia profunda, ética ambiental, ética da ecojustiça, ética axiológica e da virtude, ética do desenvolvimento sustentável, biorregionalismo, a agroecologia. Consideramos que o espaço ético é um espaço de inter-ligação e inter-relação para pensar seriamente o ser humano, o ser não humano e a natureza, desde uma



perspectiva de responsabilidade e comprometimento social que potencialize a biodiversidade e a sustentabilidade local, regional e global.

2. A ABORDAGEM CIENTÍFICA: O AMBIENTAL COMO BASE EPISTEMOLÓGICA, FILOSÓFICA, ONTOLÓGICA E ÉTICA

A integração do ambiental no campo da ciência é um fato consumado e atestado por inúmeros trabalhos acadêmicos, ensaios, revistas científicas, cursos universitários de graduação e pós-graduação, entre outros.

A ciência biológica cada vez mais dialoga transdisciplinarmente com outras áreas do conhecimento, especialmente com a economia, a sociologia, a antropologia, a filosofia, o direito, a ética, a política, a ecologia. Desafios científicos e novos campos de pesquisa se apresentam desde o paradigma do “ambiental”. É verdade também que ainda é uma produção baixa não que se refere a produção empírica e produção transdisciplinar (CUNHA; GORDILHO; ROCHA, 2018, p. 53).

O que se detecta desde já faz algumas décadas é uma mudança de paradigma, relacionada ao conhecimento de sistemas complexos. Mudanças que vem trazendo transformações epistemológicas desde diversas ciências e pontos de vista científicos cada vez mais interessados por novas reformulações, a partir de novos critérios e valores em relação ao meio ambiente, promovidos por novos saberes, novas relações sociais e a subjetividade humana.

Percebe-se que essas mudanças não somente são de caráter epistemológico, mas também estão relacionadas com a tomada de decisões da população. Isto quer dizer que existe um estilo de vida mais participativo que inclui novos atores sociais, a partir de novas configurações ético-políticas. Tudo isto demarca uma territorialidade do pensamento que sobrepassa o simplesmente epistemológico e tecnológico e envolve outras facetas do pensamento a partir de novas transformações na compreensão do mundo.

Desenvolvimento e sustentabilidade vão ao encontro da liberdade e da justiça. Partimos do conceito de desenvolvimento sustentável, mas não nos detemos nele. Entende-se desenvolvimento sustentável “aquele que atende as necessidades do



presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”(NAÇÕES UNIDAS, 1988).

Outrossim, ao abordar temas como liberdade e justiça, há também a necessidade de construção de um pensamento pautado com a humanidade, mas ao mesmo tempo respeitando o espaço e a convivência com outros seres não humanos, não estreitando a anexação dos conhecimentos pautados na individualização, mas sim pelo viés do enraizar-se no Nós, não no Eu. De certo que em uma sociedade globalizada numa conjuntura onde a figura do outro como objeto é normatizada, há de se pensar cada vez mais em como isso afeta a possibilidade não só na existência de uma sociedade justa, mas até onde a consciência humana há de chegar para perder seu próprio contato com a humanidade.

De fato, humanidade, vem etimologicamente de humus (terra). Para ter uma autêntica relação de liberdade e justiça, precisa-se envolver toda a Humanidade, ou seja, o Humus (todo a terra), numa relação de dignidade, justiça, colaboração e corresponsabilidade. Para isso precisamos deixar certos parâmetros antropocêntricos fechados na espécie humana e abrir a possibilidade de novos paradigmas, como por exemplo um humanismo mais alargado ou estendido junto com um modelo ecocentrista que possibilitem o diálogo e a colaboração para a contundente problemática ambiental contemporânea.

3. DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E JUSTIÇA

O que incorporam a liberdade e a justiça ao desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental? Muito. Já que geram muitas informações sobre fatores vitais e determinantes para nossa qualidade vida e a capacidade que temos de conduzir nossas próprias vidas. Ter informações sobre a saúde, a educação, trabalho, segurança, meio ambiente, relações na família, de gênero, direitos, expectativas de vida, em definitiva são determinantes que geram mais informações e oportunidades para que as pessoas possam fazer e ser. Trata-se de buscar, de forma inovadora, novos instrumentais que determinem maior dignidade a nossa qualidade de vida.

Para isso é necessário apostar por uma justiça económica para um autêntico desenvolvimento, que tenha como base a liberdade real das pessoas, como



complemento ao bem-estar. A justiça fará que o desenvolvimento seja humano, ou seja, como aumento e expansão das liberdades fundamentais, onde as condições materiais que fazem possível gozar dessa liberdade devem estar garantidos, e onde a liberdade se transforma no princípio legislador de uma sociedade justa.

A partir de aqui a tese que propomos é a seguinte: se intensificamos um desenvolvimento integral com base ética que potencialize a vida real das pessoas (desenvolvimento humano sustentável) desde o enfoque da liberdade e da justiça como capacidade real (oportunidades), para que as pessoas possam exercer seus direitos e conduzir suas vidas, favorecendo assim a qualidade de vida, frente a todas as formas de pobreza e opressão, evitar-se á que o meio ambiente seja tratado como objeto ou mercadoria e possamos pensar na possibilidade real de um desenvolvimento humano, social, ambiental, ou seja, num desenvolvimento integral e sustentável da vida das pessoas e do planeta (FERRIZ, 2017, p. 18).

Ampliar as liberdades dos indivíduos é fomentar e respeitar sua condição de livre atuação com base na razão, é o que se conhece como capacidade de agência. Ou seja, quanto maior seja a liberdade dos indivíduos, mais podem melhorar a si próprios e influenciar positivamente a comunidade em que vivem e ao mesmo tempo o meio ambiente.

Esta forma de pensar está fundamentada no pensamento de Amartya Sen, filósofo e economista em Harvard e prêmio Nobel de Economia em 1998. Desde o enfoque das capacidades uma sociedade bem ordenada é uma sociedade livre da fome, da pobreza, a miséria e a exploração. Neste sentido a liberdade se transforma no fator fundamental do desenvolvimento para alcançar tal demanda, ou seja, a sociedade deve zelar pelo desenvolvimento das liberdades individuais como capacidades. A liberdade se considera desde esta perspectiva como intrinsecamente e instrumentalmente importante.

Para concluir este ponto, o enfoque das capacidades, avalia as diferentes implicações sociais, económicas, políticas e ambientais para a construção de uma sociedade livre, democrática e sustentável. Transforma-se em um marco avaliativo com implicações éticas, sempre e quando a liberdade como capacidade se entenda como algo valioso, além de outras questões como os bens primários, os recursos, necessidades básicas, etc.



Daí que os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade sejam entendidos como intrinsecamente imbricados, social, cultural, ambiental e politicamente falando. Trata-se de um campo de relações em que interagem cultura e natureza, de forma individual e coletiva. Para isso pensamos no papel tão primordial que tem a Educação. Uma educação que deve ser também uma educação ambiental, uma educação para a sustentabilidade da vida. A educação não é só uma concepção ideal, mas também uma prática social que tem uma missão: responder às demandas da sociedade na qual se insere. A incompletude no nosso processo educacional nos aponta cada vez mais para a necessidade de fortalecer novos desafios para a realização humana na qual o meio ambiente faz parte. Pensamos que a educação ambiental tem uma dupla função: por um lado volta-se para o exterior para compreendê-lo e transformá-lo criticamente, como também, propõe um diálogo interior para a busca de valores enraizados no sentido de pertencimento e responsabilidade pessoal e coletiva (CATALÃO apud PÁDUA, 2009, p. 257).

Este pensamento coletivo também está enraizado na Carta Magna brasileira, onde compete à União, Estados e Municípios à proteção do meio ambiente e o combate à poluição de qualquer forma (art. 23, VI), assim como, possui capítulo específico para o meio ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Desta forma, pensamos que devemos rever com certa urgência as estratégias de desenvolvimento de maneira a torná-las socialmente includentes e ambientalmente sustentáveis. É claro, que para que elas se materializem precisamos de crescimento econômico mas desde uma perspectiva de ecodesenvolvimento: no campo social, no campo ambiental e no campo econômico. Além do mais este tripé deve estar sustentado pela ética desde um movimento sincrônico de responsabilidade entre nós e mundo da vida e diacrônico com as futuras gerações.



4. METODOLOGIA

No grupo de estudo ESSC-UCSal pensamos que é fundamental valorizar os diferentes referenciais que existem para refletir sobre a relação do ser humano com o meio ambiente, especialmente vendo a abrangência que a temática oferece. Por isso temos várias linhas de pesquisa:

- a linha que reflete o meio ambiente e o direito
- a linha de educação e meio ambiente
- a linha ético-epistemológica e meio ambiente

O meio ambiente interfere em todos os aspectos e segmentos da vida, já que a vida humana está ligada preferencialmente à vida da natureza, não se entende uma sem a outra. Portanto, entender o meio ambiente como “fenômeno” que aparece para nós como elemento prioritário e dar a devida atenção desde diversas áreas, como o direito, a educação, a ética e a epistemologia se faz cada vez mais necessário para que a construção dessa relação seja séria, ética e científica.

Oferecer diferentes espaços de reflexão e de atuação faz com que os nossos alunos de graduação tenham possibilidade de conhecer e abordar problemáticas diferentes em contextos e ideologias diferentes, de forma complexa, dialógica e transdisciplinar. Também consideramos fundamental a troca de experiências, com projetos da sociedade civil organizada que possam impulsionar nossas pesquisas, ao mesmo tempo que possam surgir experiências extensionistas que fortaleçam teórica e praticamente nossas pesquisas.

Pretendemos de certa forma contribuir na construção de uma racionalidade ambiental que se territorializa em novos espaços de reflexão e produção e se arraiga em novos mundos de vida abrindo caminhos para a construção de um “futuro sustentável” (LEFF, 2009, p. 17).

4. CONCLUSÃO

De forma geral todos os seres humanos dependem do meio ambiente e são afetados pelas mudanças sofridas por este, mas pensamos, que são os mais pobres



os que são mais afetados e vulneráveis às transformações sofridas no ambiente, devido a alguns aspectos como:

- uma maior dependência dos recursos naturais para viver;
- maior exposição aos desastres ambientais, já que se concentram em locais geograficamente de maior risco ou de maior insustentabilidade ambiental;
- maior vulnerabilidade por conexões que tem a ver com restrições dos serviços públicos como água potável, esgoto sanitário, acesso à saúde e educação, condições precárias de moradia e infraestrutura.

A degradação ambiental e a pobreza não estão unidas unicamente pela pressão da população sobre os recursos, mas também pela desigualdade da distribuição. A degradação do meio ambiente, já seja causada pela pobreza, pela riqueza, ou por quaisquer razões não humanas, entende-se como uma perda da capacidade para manter a vida agora e no futuro.

Trata-se, portanto, de diagnosticar uma nova concepção de racionalidade do desenvolvimento que contemple novas formas de ser, estar, conhecer, que levem-nos a visualizar novas formas de produzir, consumir e conviver.

Por isso o grupo de estudo ESSC-UCSal aposta na transversalidade e na transdisciplinaridade, como recursos de abordagem pedagógica que integra a complexidade da relação de saberes disciplinares, de saberes tradicionais e de práticas da sociedade civil organizada, incluindo dimensões simbólicas, éticas, estéticas e espirituais do ser humano.

O mundo é visto de forma integrada e não como superposição de partes desconectadas, sem interação. Ter uma visão holística, complexa e dialógica constitui a base de sustentação da ecologia humana. Somente nos resta fazermos uma pergunta: existe um papel preponderante para a filosofia ambiental no Brasil? A filosofia tem jogado um papel mínimo nas discussões ambientais no Brasil, pelo menos em nível geral, mesmo com todas as preocupações e problemas que se apresentam de forma teórica e prática na nossa sociedade. Não negamos as inúmeras práticas que existem através do ambientalismo brasileiro e inclusive propostas do próprio Estado (poucas), mas existe uma falta clara de diálogo acrítico e de cooperação entre as áreas, para refletir princípios que discutam boas práticas, especialmente no que se refere ao consenso entre os conceitos de



“desenvolvimento” e “sustentabilidade”. Todo isto indica uma falta de reflexão sobre as questões ambientais no Brasil.

Não existe desculpa para não usar cada vez mais os recursos da ética, da estética, da filosofia política, da epistemologia e das ciências ambientais para a contribuição de novos conceitos e reflexões sobre a problemática ambiental. Existe uma forte discussão entre tendências: por um lado o desenvolvimentismo de estado e por outro um ativismo ambientalista que não se entendem e com falta de diálogo claro. Este pode ser o papel da filosofia ambiental encontrar os princípios e critérios, ontológicos, éticos, estéticos e epistemológicos, para continuar aprofundando nesta importante discussão.

O que fizermos da nossa casa hoje ficará como herança para as próximas gerações. A questão é saber o que queremos deixar como herança para as próximas gerações. A Educação de forma geral e a Educação Sócio-Ambiental de forma particular são convocadas para a formação, a mobilização e o comprometimento responsável perante a crise.

REFERÊNCIAS

LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura. A territorialização da racionalidade ambiental*. Ed. Vozes, Petrópolis (RJ), 2009.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Ed. UNICAMP, Campinas (SP), 2015.

NAÇÕES UNIDAS. (ONU) *Nosso futuro comum*. Fundação Getúlio Vargas-Rio de Janeiro, 1988.

PÁDUA, José Augusto. *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. (Org). Ed. UFMG/Ed. Peirópolis, 2009.

SEPÚLVEDA FERRIZ, José Luis. *Hacia una propuesta de ecología política y justicia medioambiental*. Tese doutoral. Universidade Complutense de Madri-Espanha, 2017.